

Atas de Registro de Preço

(?&index.php?&edp=ZGVwYXJ0YWlbnRvcw==&pgu=NTk=&nmpgn=QVRBUyBERSBSRUdJLj=NjE=&nmpgn=Q09OVFBVE9T&nm\_icon=ZmEgZmEtYXJyY3ctcmInaHQ=)

Lista de Sancionados

(index.php?&edp=ZGVwYXJ0YWlbnRvcw==&pgu=MTI1&nmpgn=TGlzdGEgZGUgU2FuY2lvbmFkb3M=:gZGUgZmlzY2Fpcw==&nm\_icon=ZmEgZmEtYXJyY3ctcmInaHQ=)

Ano

2026

Buscar

Exportar CSV Exportar DOC Exportar Excel



Busca avançada



Mostrando 10 registros por página

Buscar:

Processo Licitatorio	Data de Abertura da sessão	Tipo	Objeto	Valor homologado	Status	Arquivos
52/2026	26-02-2025	Inexigibilidade	Contratação de inscrições para capacitação presencial de servidores da Defensoria Pública do Estado do Amapá - DPE/AP, voltada ao uso de ferramentas de inteligência artificial aplicáveis às atividades de planejamento das contratações públicas, especialmente no apoio à elaboração do Documento de Formalização da Demanda - DFD, dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, da Matriz de Riscos e do Termo de Referência - TR, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.	26.530,00	Homologado	
001/2026	03/02/2026	Pregão	Registro de preços para a futura e eventual aquisição gêneros alimentícios (café e açúcar) para atender a Defensoria Pública do Amapá	485.407,50	Em andamento	

total de 2 registros

Anterior Próxima

Em atendimento à Lei Complementar 131/2009 de 27 de maio de 2009, a Defensoria Pública do Estado do Amapá (DPE-AP) mantém desde 01/01/2023 o seu novo Portal de Transparência, cujo objetivo é promover a transparência dos gastos públicos e fomentar o controle social. Com o advento da Lei nº 12/527, de 17 de novembro de 2011 e a edição das Resoluções CNMP nº 86, de 21 de março de 2012 e 89, de 28 de agosto de 2012, DPE-AP promoveu as atualizações adequando o Portal da Transparência aos citados dispositivos legais. Na versão atual, o Portal da Transparência passa a integrar o Serviço de Informação ao Cidadão, que passa a ser o principal meio de divulgação à sociedade de como o DPE-AP, relativos a despesas com pessoal (ativos, inativos, passagens, diárias, cursos), compras e contratação de obras e serviços, como parte de todo um serviço de informação à sociedade amapaense. Ao acessar essas informações, o contribuinte fica sabendo como o dinheiro público, oriundo dos impostos que paga, está sendo utilizado, podendo ajudar na fiscalização da sua aplicação. Pelo Portal, pode-se acompanhar a forma como os recursos destinados a DPE-AP estão sendo utilizados, ampliando-se as formas de controle desse dinheiro. A participação da sociedade na gestão pública é um direito assegurado pela Constituição Federal, permitindo que os cidadãos não só participem da formulação das políticas públicas, como também fiscalizem de forma permanente a aplicação desses recursos.